



CERILUZ

Distribuição

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74 - IE: 065/0021908

Rua Reinoldo Schindler, nº 100 - Bairro das Chácaras - 98.700-000 - Ijuí /RS

www.ceriluz.com.br - (55) 3331-9100

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS 2018**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

O ano de 2018 foi marcante para nós, diretores e colaboradores da Ceriluz, assim como também para os associados, mesmo que talvez, não percebam as mudanças num primeiro momento. Começamos o ano com uma sede nova. Ela não proporcionou apenas melhor infraestrutura e conforto aos colaboradores, mas trouxe benefícios diretos aos associados. Analisando números apresentados pelo setor técnico da cooperativa já identificamos uma redução clara no tempo de atendimento das demandas de nossos associados. Estes números são a comprovação daquilo que esperávamos, afinal a posição da atual sede é estratégica considerando a nossa região de atuação. Em minutos as equipes estão em deslocamento em uma via rápida - BR 285 – para o local da ocorrência, não necessitando enfrentar o trânsito do centro de Ijuí, que pode ser caótico em alguns horários.

Um pouco antes de mudarmos de casa, mudamos de marca. Mas sempre deixamos claro que o nosso compromisso com o associado continuava o mesmo, ou quem sabe, até aumentou. Por isso, mesmo enquanto investíamos na nova sede, nunca descuidamos do fornecimento de energia e nos preparamos para o aumento constante de demanda dos associados. Esse planejamento culminou na ampliação das cargas das duas subestações da Ceriluz. Em 2018, a SE Reinoldo Kommers, em Ijuí, passou de uma potência de 20 MVA para 22,5 MVA, e a SE Aparício Piccinin, passou de 10 MVA para 15 MVA, apenas com a aquisição de um novo transformador. E ainda, ficamos com um transformador de reserva. Foi um investimento que se mostrou fundamental considerando o ritmo de crescimento de nossos associados, que investem em melhorias em suas propriedades, visando um maior resultado econômico, como por exemplo, na irrigação de suas lavouras.

Mesmo com essa significativa melhoria já feita, não vamos parar de nos preocupar. Pelo contrário. Em um projeto que caminha em paralelo à obra da PCH Sede II, da Ceriluz Geração, estamos nos articulando no sentido de aproveitar a subestação que será construída para dar fluxo à energia gerada pela usina, para também qualificar a distribuição aos nossos associados consumidores. O objetivo é, a partir dela, conectar o sistema de distribuição da Ceriluz à subestação da Eletrosul, em Ijuí, conseguindo uma redução no valor de compra de energia. Será um benefício financeiro, sim, mas também técnico, considerando a excelente infraestrutura que a Eletrosul dispõe no município, superior à RGE, que atualmente é nossa supridora.

Enfim, esse é um projeto grande, que trará importantes reflexos para o abastecimento de energia. Como dito, se dá em parceria com a Ceriluz Geração, o que consolida cada vez mais

o GRUPO CERILUZ, que, apesar de constituído por várias Pessoas Jurídicas, se mostra coeso, trabalhando de forma muito próxima. Além desta iniciativa, os associados podem ter certeza que seguiremos, em 2019 e nos próximos que virão, fazendo investimentos menores, não tão visíveis quanto é uma subestação, mas que proporcionarão a melhora na energia que recebem em casa. É isso que precisamos: que o associado veja que sua energia está cada dia melhor. Que ele confie nessa energia!

Cenário

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela CERILUZ para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificada pela certificação oficial da NBR ISSO 9001:2015 no ano de 2017, que reconhece a competência da Cooperativa na prestação dos serviços com qualidade.

Distribuição

A outorgada distribui energia elétrica em 26 dos 497 municípios do Estado, o que representa 0,3% dos consumidores do Estado do Rio Grande do Sul.

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – CERILUZ é uma sociedade cooperativa, regida pela lei 5.764/71, fundada em 20/08/1966, com sede em Ijuí/RS, com o objetivo social de prestar serviços aos seus 15.117 associados, atuando na área de distribuição de energia elétrica em vinte e seis municípios da sua região de abrangência.

Ligações de Consumidores

Em 2018, tivemos um incremento de 131 novas unidades consumidoras, uma evolução de 0,95% em relação à 2017, com destaque para 97 da classe rural e 29 residenciais.

Número de Consumidores

2013	Consumidores	2014	2015	2016	2017	2018
1.257	Residencial	1.371	1.464	1.540	1.574	1.603
661	Comercial	670	678	679	699	706
46	Industrial	54	56	58	46	47
10.881	Rural	10.975	11.047	11.142	11.109	11.206
171	Poderes Públicos	167	164	166	137	134
29	Iluminação Pública	29	29	29	29	29
39	Serviço Público	39	39	71	150	150
13.084	Total	13.305	13.477	13.685	13.744	13.875
	Varição	1,69%	1,29%	1,54%	0,43%	0,95%

Comportamento do mercado

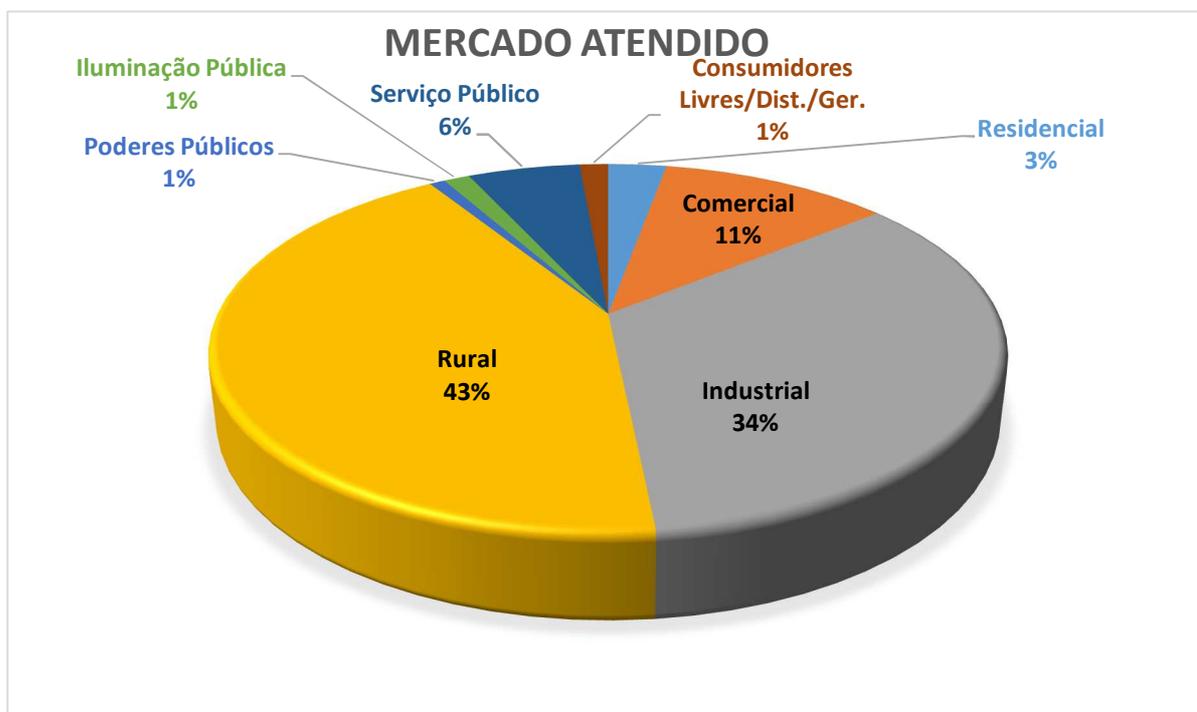
A Ceriluz registrou um crescimento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2018 em relação ao ano de 2017. A Cooperativa totalizou a distribuição de 127 GWh no ano de 2018, número 5,74% superior aos 121GWh do ano anterior.

Mercado Atendido

2013	Mercado Atendido - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
100	Energia Faturada	117	115	121	121	127
100	Fornecimento	117	115	121	121	127
2	Residencial	3	3	3	3	4
12	Comercial	13	12	12	12	14
31	Industrial	42	45	47	45	44
47	Rural	51	46	51	51	55
1	Poderes Públicos	1	1	1	1	1
1	Iluminação Pública	1	1	2	2	2
5	Serviço Público	5	6	5	6	7
-	Suprimento p/ agentes de distrib.	-	-	-	-	-
7	Uso da Rede de Dsitribuição	2	1	1	1	2
7	Consumidores Livres/Dist./Ger.	2	1	1	1	2
-	Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
107	Total	119	116	122	122	129
	Varição	11,21%	-2,52%	5,17%	0,00%	5,74%

Na sequência, o gráfico apresenta o percentual de consumo por classe.

Gráfico 1: Consumo por Classe de Consumidores



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em 2018 apresentou um crescimento de 0,95% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2018	2017	Δ%
Residencial	1603	1574	1,84
Industrial	47	46	2,17
Comercial	706	699	1,00
Rural	11206	11109	0,87
Outros	313	316	(0,95)
Total	13.875	13.744	0,95

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018, atingiu R\$ 328,22/MWh um aumento de 16,73% com relação a dezembro de 2017.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh

Classe	2018	2017	Δ%
Residencial	423,78	376,07	12,69
Industrial	330,69	302,74	9,23
Comercial	426,58	368,64	15,72
Rural	313,64	273,98	14,48
Suprimento	146,42	84,49	73,30
Total	328,22	281,18	16,73

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada na tabela a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2018	13,80	11,39	1,49
2017	13,53	10,82	2,04
2016	14,43	9,53	1,73
2015	15,65	12,88	1,68
2014	20,83	20,61	1,53

Atendimento ao Cooperado/Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação e acesso, entre eles, o atendimento telefônico pelo número 0800 513130 gratuito e com 24 horas de atendimento, para comunicação de falta de energia e serviços de emergência. Temos nossa Sede Administrativa em Ijuí e três escritórios de atendimento nas cidades de Catuípe, Chiapetta e Ajuricaba com atendimento presencial em horário comercial. Também possuímos o site www.ceriluz.com.br onde o associado pode buscar informações do seu interesse.

Desempenho econômico-financeiro

Análise do Resultado

Em 2018, o lucro líquido foi de R\$ 1.844 milhões, contra R\$ 3.708 milhões em 2017, uma redução de 50%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 55.601 milhões, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 40.818 milhões. Esse aumento refere-se principalmente ao recebimento da CDE sobre a baixa densidade de carga.

As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 54.096 milhões, 45% superiores em relação à 2017, destacando-se os Custos Não Gerenciáveis - Parcela “A” com aumento de 66% e Custos Gerenciáveis - Parcela “B” com aumento de 32%.

Destaques das receitas foram o Fornecimento de Energia Elétrica que teve um aumento de R\$ 10.143 milhões, e a Subvenção recebida da CDE em função do Decreto nº 7.891/2013 que totalizou R\$ 15.577 milhões, R\$ 8.619 milhões a mais que o valor recebido em 2017.

EBITDA ou LAJIDA – Legislação regulatória

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO EBITDA	2018	2017	%
Receita Operacional Líquida	55.601	40.818	36
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(54.027)	(37.115)	46
Resultado da Atividade ou EBIT	1.574	3.703	(57)
(+) Depreciação e Amortização	7.142	5.504	30
EBITDA	8.716	9.207	(5)
Margem EBITDA (%)	16	23	(30)

Agradecimentos

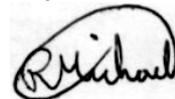
Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí – RS, 31 dezembro de 2018.
A Administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA****CNPJ: 87.656.989/0001-74****BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO****(Valores em Milhares de Reais)**

ATIVO	Notas	2018	2017
CIRCULANTE		20.509	14.973
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.684	873
Consumidores	6	7.239	7.012
Serviços em curso	7	259	181
Tributos compensáveis	8	599	607
Almoxarifado operacional	9	406	503
Despesas pagas antecipadamente	11	105	38
Ativos regulatórios	13	1.747	746
Títulos e Valores Mobiliários	10	15	3.012
Outros ativos circulantes	12	3.455	1.999
NÃO CIRCULANTE		105.637	106.590
Tributos compensáveis	8	798	658
Depósitos judiciais e cauções	21	61	5
Investimentos	14	72	68
Outros ativos não circulantes		181	181
Imobilizado	15	104.276	105.377
Intangível	15	250	301
TOTAL DO ATIVO		126.147	121.561

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em Milhares de Reais)

PASSIVO		2018	2017
CIRCULANTE		11.631	7.017
Fornecedores	16	2.449	1.679
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	800	847
Obrigações sociais e trabalhistas	17	1.685	1.342
Tributos	18	275	302
Encargos setoriais	23	1.098	1.629
Provisão para Litígios	21	3.193	7
Passivos regulatórios	22	161	97
Outros passivos circulantes	20	1.970	1.113
NÃO CIRCULANTE		7.766	8.130
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	9	851
Provisão para litígios	21	900	1.150
Outros passivos não circulantes	24	22	29
Obrigações Vinculadas à Permissão	31	6.835	6.100
TOTAL DO PASSIVO		19.397	15.148
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25		
Capital social		6.648	6.647
Reservas de capital		568	568
Reserva de sobras		43.583	38.174
Reservas de Reavaliação		54.483	59.517
Sobras à disposição da Assembleia		1.467	1.509
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.750	106.415
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		126.147	121.561

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**ILOIR DE PAULI**
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita / Ingresso	31	73.118	56.300
Fornecimento de energia elétrica		24.449	14.306
Disponibilização do sistema de distribuição		32.156	33.526
Ativos e Passivos Regulatórios		925	1.503
Serviços cobráveis		11	7
Doações, contrib. e subvenções		15.577	6.958
Tributos		(11.200)	(9.155)
ICMS		(10.119)	(8.363)
PIS-PASEP		(192)	(141)
COFINS		(888)	(651)
Encargos - Parcela "A"		(6.317)	(6.327)
Conta de Desenv. Econômico - CDE		(3.711)	(3.576)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(132)	(120)
Outros encargos		(2.474)	(2.631)
Receita líquida / Ingresso líquido		55.601	40.818
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(24.115)	(14.484)
Energia elétrica comprada para revenda		(15.098)	(7.602)
Encargo de transm., conexão e distribuição		(9.017)	(6.882)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		31.486	26.334
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(29.413)	(22.201)
Pessoal e administradores		(8.729)	(8.661)
Material		(5.827)	(3.545)
Serviços de terceiros		(3.026)	(3.376)
Arrendamentos e aluguéis		(49)	(48)
Seguros		(62)	(63)
Provisões		(2.940)	(306)
(-) Recuperação de despesas		340	545
Tributos		(62)	(90)
Depreciação e amortização		(7.142)	(5.504)
Gastos diversos		(1.918)	(1.153)
Outras receitas operacionais		69	246
Outras despesas operacionais		(568)	(676)
Resultado da Atividade		1.574	3.703
Resultado Financeiro		333	108
Despesas financeiras		(206)	(434)
Receitas financeiras		539	542
Resultado antes dos impostos s/ os lucros		1.907	3.811
Contribuição social		(23)	(34)
Imposto de renda		(40)	(69)
Resultado líquido do exercício		1.844	3.708

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis


ILOIR DE PAULI

PRESIDENTE

CPF 166.969.800-91


RUBIO FABRICIO MICHAEL

CONTADOR

CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.12.2018	31.12.2017
RECURSOS		
Resultado do Período	1.844	3.708
Demais Resultados	5.681	4.108
Realização de Reservas Reavaliação	580	610
Reversão da Baixa da Reavaliação	186	-
Realização de Reservas Reavaliação VNR	2.690	2.843
Reversão da Baixa da Reavaliação VNR	1.577	-
Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	647	655
Resultado Líquido do Período	7.524	7.816
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	187	268
Destinações de Caráter Legal	5.869	6.038
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.302	3.396
FATES - 5% - Artigo 47	367	378
Reserva Manutenção Redes 30%	2.201	2.264
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.467	1.509
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	0	1

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**ILOIR DE PAULI**
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91**RUBIO FABRICIO MICHAEL**
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
 (Valores em Milhares de Reais)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2016	6.649	568	64.443	32.521	1.077	105.258
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.077)	(1.077)
Realização do Capital	(2)	-	-	-	-	(2)
Realização de Reavaliação	-	-	(4.926)	-	3.453	(1.474)
Destinação de Sobras e Capitalização de Juros	-	-	-	2	-	2
Realização de FATES	-	-	-	(655)	655	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	3.708	3.708
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.396	(3.396)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	377	(377)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.264	(2.264)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	268	(268)	-
Saldo em 31.12.2017	6.647	568	59.517	38.173	1.509	106.414
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.509)	(1.509)
Realização do Capital	1	-	-	-	-	1
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(1.763)	-	1.763	-
Realização de Reavaliação	-	-	(3.270)	-	3.270	-
Realização de FATES	-	-	-	(647)	647	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	1.844	1.844
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.302	(3.302)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	367	(367)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.201	(2.201)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	187	(187)	-
Saldo em 31.12.2018	6.648	568	54.484	43.583	1.467	106.750

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR
 CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - MÉTODO DIRETO
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	63.105	51.619
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	486	307
(+) Serviço Taxado	11	8
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	14.482	6.616
(+) Outros Recebimentos Operacionais	360	324
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(17.658)	(15.314)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(17.961)	(9.978)
(-) Salários e Encargos Sociais	(10.940)	(10.607)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(1.018)	(877)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(9.253)	(7.617)
(-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	(31)	-
(-) Encargos de Transmissão	(4.110)	(2.891)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(6.962)	(5.483)
(-) Outras Despesas Operacionais	(982)	(694)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(1.361)	(647)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	8.168	4.766
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	149	288
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	47	-
(+) Resgates/ Recebimentos de Ativos Financeiros - Amortização e Juros	3.196	2.874
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(12)	(2.793)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(5.215)	(4.221)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	427	582
(-) Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's em Empresas Ligadas	-	-
(-) Outras Movimentações de Investimentos	-	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(1.408)	(3.270)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Curto Prazo	-	-
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Longo Prazo	-	-
(-) Empréstimo Concedido	-	(23)
(+) Recebimento de Empréstimo Concedido	-	-
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP	(949)	(339)
(-) Principal	(802)	(114)
(-) Encargos	(146)	(225)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - LP	-	(796)
(-) Principal	-	(796)
(-) Encargos	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(949)	(1.158)
Caixa Líquido Gerado no Período	5.811	338
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	873	535
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.684	873
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	5.811	338

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
INSC.ESTADUAL: 065/0021908

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2018</u>	%	<u>2017</u>	%
1. Receitas	73.187	100,00	56.548	100,00
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	56.605	77,34	49.336	87,25
Outras receitas (ANC e ativos construídos para uso próprio)	16.582	22,66	7.212	12,75
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	38.225	52,23	23.196	41,02
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	24.115	32,95	14.484	25,61
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	14.110	19,28	8.712	15,41
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	34.962	47,77	33.352	58,98
4. Depreciação, amortização e exaustão	7.142	9,76	5.504	9,73
5. VALOR ADIC. LÍQUIDO GERADO EMPRESA (3-4)	27.820	38,01	27.848	49,25
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	539	0,74	542	0,96
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	539	0,74	542	0,96
7. VALOR ADIC. TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	28.359	38,75	28.390	50,21
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	7.356	10,05	6.640	11,74
Remuneração direta	4.471	6,11	4.518	7,99
Benefícios	2.402	3,28	1.966	3,48
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	483	0,66	156	0,28
Impostos,taxas e contribuições	18.953	25,90	17.607	31,14
Federais	8.834	12,07	9.244	16,35
Estaduais	10.119	13,83	8.362	14,79
Municipais	1	0,00	1	0,00
Remuneração de capitais de terceiros	206	0,28	434	0,77
Juros	206	0,28	434	0,77
Remuneração de capitais próprios	1.844	2,52	3.709	6,56
Lucros retidos	1.844	2,52	3.709	6,56
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	28.359	38,75	28.390	50,21

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91


RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR
 CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Nota 1 – Setor Elétrico no Brasil

O Setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo é realizado pela Cooperativa de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa de fornecimento de energia consistindo em dois componentes: 1 – uma parcela referente aos custos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica não gerenciáveis (Custo da Parcela A) e 2 – uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas nos processos de revisão tarifária periódica e revistas anualmente nos processos de reajuste tarifário, nos quais são contempladas na tarifa as variações dos custos dos componentes da Parcela A, bem como o repasse da inflação correspondente ao valor da Parcela B, havidos a cada ciclo.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 – Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, exceto quando especificado em contrário.

Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 5 – Principais Práticas Contábeis Regulatórias

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado Em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de novembro de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

(i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

As referidas despesas totalizaram R\$ 646.997,02 em 2018 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

(r) Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

(s) Imobilizado em Curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

(t) Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 25.3. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

(u) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado.

Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 25% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018	2017
Caixa	2	1
Depósitos Bancários	210	767
Numerário em Trânsito	87	105
Equivalentes de Caixa	6.385	-
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.684	873

Nota 7 – Consumidores

Composição das Contas a Receber

Consumidores - R\$	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS						
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2018 LIQUIDO	TOTAL 2017 LIQUIDO
	Até 30 dias	Mais de 30 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	4.900	-	586	5	4	68	(70)	35	10,00	17	6	(4)	5.557	5.213
- Residencial	208	-	69	1	1	13	(15)	2	1	-	1	-	281	247
- Industrial	1.477	-	39	-	-	11	(11)	13	-	13	-	(1)	1.541	1.474
- Comercial	822	-	72	-	1	5	(5)	10	8	-	1	(1)	913	896
- Rural	2.093	-	399	4	2	35	(35)	10	1	4	4	(2)	2.515	2.252
- Poderes Públicos	22	-	1	-	-	4	(4)	-	-	-	-	-	23	31
- Iluminação Pública	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	19
- Serviço Público	261	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	267	294
- Fornecimento Não Faturado	1.350	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.350	1.376
- Serviço Taxado	1	-	1	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	2	1
- Participação Financeira	33	176	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	265	169
- Outros Créditos	42	-	22	1	-	3	(3)	-	-	-	-	-	65	253
TOTAL	6.326	176	665	6	4	73	(75)	35	10	17	6	(4)	7.239	7.012

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 75 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 8 – Serviços em Curso

	2018	2017
Manutenção de Redes	259	181
Total de Serviço Próprio em Curso	259	181

Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Ativo Circulante

	2018	2017
ICMS a Recuperar Curto Prazo	575	539
IRRF a Compensar	17	57
IRRF a Recuperar	9	11
Contribuição Social Estimada	-2	-
Total de Tributos Compensáveis	599	607

Ativo Não Circulante

	2018	2017
ICMS a Recuperar Longo Prazo	798	658
Total de Tributos Compensáveis	798	658

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 10 – Estoque

	2018	2017
Almoxarifado de Manutenção de Redes	402	490
Resíduos e Sucatas	4	13
Total do Estoque	406	503

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 11 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2018	2017
Banrisul Capitalização	14	9
BB Capitalização	1	1
Banco do Brasil	-	650
Banrisul RDB/CDB	-	468
Sicredi Augusto Pestana	-	1.884
Total Títulos e Valores Mobiliários	15	3.012

Nota 12 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2018	2017
Prêmio de Seguro de Veículos	6	8
Publicidade	55	30
IPVA	45	-
Total Despesas Pagas Antecipadamente	105	38

Nota 13 - Outros Recebíveis

	2018	2017
CDE Aneel	1.927	832
Empregados	117	117
Adiantamento a Fornecedores	418	67
Outros Devedores	0	48
Alienação de Bens e Direitos	1	-
Dispêndios a Reembolsar	594	598
Encargo de Uso da Rede Elétrica	8	14
Desativações e Alienações	389	323
Total Outros Recebíveis	3.455	1.999

Nota 14 – Ativos Financeiros

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

	2018	2017
Componentes Financeiros em Constituição	1.362	467
Componentes Financeiros em Amortização	385	279
Total Ativos Financeiros	1.747	746

Nota 15 – Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2018	2017
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	54	52
Participação SICREDI Catuípe	7	6
Participação CRESOL Santo Augusto	4	4
Participação Crehnor Noroeste Ijuí	0	0
Participação Cresol Augusto Pestana	0	0
Total 1	67	63
Composição em Incentivos Fiscais		
Acções FINOR	3	2
Ações FINAM	3	3
Ações EMBRAER	0	0
Total 2	5	5
TOTAL (1+2)	72	68

Nota 16 – Imobilizado e Intangível

16.1 Imobilizado em Serviço e em Curso

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	143.313	6.583	(5.307)	-	-	144.589	1.276	(47.419)	97.171	99.458	5.708	(758)	4.949
Terrenos	298	-	-	-	-	298	-	-	298	298	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benf.	283	211	(65)	-	-	430	147	(131)	298	157	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	140.047	6.240	(5.020)	-	-	141.266	1.219	(46.220)	95.047	97.278	5.708	(758)	4.949
Veículos	2.685	133	(222)	-	-	2.595	(90)	(1.068)	1.528	1.725	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	296	-	(4)	-	-	292	(4)	(102)	190	235	150	(168)	(18)
Terrenos	40	-	-	-	-	40	-	-	40	40	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	185	-	-	-	-	185	-	(72)	113	144	150	(168)	(18)
Veículos	67	-	-	-	-	67	-	(30)	37	47	-	-	-
Móveis e Utensílios	4	-	(4)	-	-	-	(4)	-	-	4	-	-	-
Subtotal	143.609	6.583	(5.311)	-	-	144.881	1.272	(47.520)	97.361	99.693	5.858	(926)	4.932

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	5.684	15.782	(8.355)	(6.307)	-	6.805	1.121	-	6.805	5.684	1.904	-	1.904
Máquinas e Equipamentos	2.008	7.053	(147)	(6.174)	-	2.739	731	-	2.739	2.008	504	-	504
Outros	3.676	8.730	(8.207)	(133)	-	4.066	390	-	4.066	3.676	1.400	-	1.400
Administração	-	260	(145)	(5)	-	110	110	-	110	(0)	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	6	-	(5)	-	1	1	-	1	(0)	-	-	-
Outros	-	254	(145)	-	-	109	109	-	109	-	-	-	-
Subtotal	5.684	16.043	(8.500)	(6.312)	-	6.915	1.231	-	6.915	5.684	1.904	-	1.904
Total do Ativo Imobilizado	149.293	22.626	(13.811)	(6.312)	-	151.796	2.503	(47.520)	104.276	105.377	7.762	(926)	6.835

16.2 Intangível em Serviço e em Curso

Intangível - R\$	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	143	3	-	-	-	146	3	(107)	39	47
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	143	3	-	-	-	146	3	(107)	39	47
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	620	-	-	-	-	620	-	(517)	103	157
Softwares	620	-	-	-	-	620	-	(517)	103	157
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	763	3	-	-	-	765	3	(623)	143	204
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	97	13	-	(3)	-	107	10	-	107	97
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	97	13	-	(3)	-	107	10	-	107	97
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	97	13	-	(3)	-	107	10	-	107	97
Total do Ativo Intangível	860	16	-	(3)	-	872	13	(623)	250	301

16.3 Depreciação e Amortização

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		144.589	(47.419)	97.170	99.458
Custo Histórico	4,00%	72.690	(23.512)	49.178	47.198
Reavaliação	4,00%	71.899	(23.907)	47.992	52.260
Administração		292	(102)	190	235
Custo Histórico	4,00%	292	(102)	190	235
Reavaliação	4,00%	-	-	-	-
		144.881	(47.520)	97.360	99.693
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição		6.805	-	6.805	5.684
Administração		110	-	110	-
		6.916	-	6.916	5.684
		151.796	(47.520)	104.276	105.377

Nota 17 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos:

	2018	2017
Encargos de Uso de Rede Elétrica	73	122
Suprimento de Energia	947	335
Materiais e Serviços	1.430	1.222
Total Fornecedores	2.449	1.679

Nota 18 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2018	2017
Tributos e Contribuições sociais retidos na Fonte	409	301
Consignação em Favor da Concessionária	23	16
Folha de Pagamento Liquida	222	-
Provisão de Férias	1.031	1.025
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.685	1.342

Nota 19 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2018	2017
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	163	193
CSLL a Recolher	-	4
IRPJ a Recolher	-	3
PIS s/ Faturamento	15	15
COFINS s/ Faturamento	73	69
I.S.S.Q.N a Recolher	4	4
INSS a Recolher	6	5
PIS/COFINS a Recolher	8	5
Imposto de Renda a Recolher	3	2
Contribuição Social a Recolher	2	2
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	275	302

Nota 20 – Empréstimos e Financiamentos

Em 2017 não foram obtidos novos empréstimos, somente houve a contemplação de dois consórcios e a aquisição de mais dois.

	Saldo	Encargos Financeiros em %		Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
		Em R\$	Em %	Total 2018	Total 2017	Total 2018	Total 2017
Banrisul BNDS Automático	809	3	TJLP + 4,9% a.a	800	780	9	818
Consórcios	0		-	-	67	-	33
Total	809	3	-	800	847	9	851

Nota 21 – Outros Passivos Circulantes

	2018	2017
Consumidor	26	9
Outros Credores	1.944	1.104
Total Passivos Circulantes	1.970	1.113

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação, credores diversos e PERT.

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagaria o referido débito em 180 vezes. Em 2017 foi feita o cancelamento do Refis e aderiu ao PERT por ser mais vantajoso para a cooperativa. O saldo a pagar referente ao PERT no curto prazo é de R\$ 762.203,55.

Nota 22 – Litigio Trabalhistas:

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2018	Valor Estimado 2017
Trabalhistas	-	900	900	1.150
Cíveis	7	-	7	7
Fiscais	3.186	-	3.186	-
Total de Contingências	3.193	900	4.093	1.157

No ano de 2017 foram baixados R\$ 250.000,00 de provisões trabalhistas e constituído mais R\$ 400.000,00 para suportar eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas de caráter indenizatório, considerando o prognostico de nossa assessoria jurídica.

A cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 3.395.526,61.

Nota 23 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

	2018	2017
Componentes Financeiros em Constituição	60	42
Componentes Financeiros Reconhecidos	201	111
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(100)	(56)
Total Passivos Regulatórios	161	97

Nota 24 – Encargos Setoriais:

	2018	2017
P&D - Empresa	77	73
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	261	245
Encargos CDE	360	273
Proinfra	84	-
Bandeiras Tarifárias	317	1.038
Total Encargos Setoriais	1.098	1.629

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10.438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

Nota 25 – Outros Credores

	2018	2017
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Refis	-	7
Total de Outras Contas a Pagar	22	29

Nota 26 – Patrimônio Líquido

26.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de 6.648 é formado por cotas partes referentes a 15.117 associados em 31 de dezembro de 2018.

26.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da

Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído a partir de 2014 por 5% (antes de 2014 20%) das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

Nota 27 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20.

b) Valor Justo

	2018		2017	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equiv. de Caixa	6.684	6.684	873	873
Contas a Receber	7.239	7.239	7.012	7.012
Empréstimos e Financ.	808	808	1.698	1.698
Total	14.731	14.731	9.583	9.583

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	6.684	-	6.684
Contas a Receber	-	7.239	-	7.239
Total	-	13.923	-	13.923
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	808	-	808
Total	-	808	-	808

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 28 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 29 – Nota Explicativa DVA:

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os

tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 30 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 31 – Ativos e Passivos Regulatórios

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	746	3.558	(2.557)	-	-	1.747	385	1.047	1.432	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	30	646	(361)	-	-	315	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	716	2.912	(2.196)	-	-	1.432	385	1.047	1.432	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	746	3.558	(2.557)	-	-	1.747	385	1.047	1.432	-
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	97	912	(848)	-	-	161	35	54	89	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	35	506	(453)	-	-	89	35	54	89	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	62	405	(395)	-	-	72	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	97	912	(848)	-	-	161	35	54	89	-

Nota 32 - Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

32.1 – Obrigações Vinculadas em Serviço

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		5.858	-	-	5.858
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	5.708	-	-	5.708
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	150	-	-	150
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		926	-	-	926
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	0,00%	758	-	-	758
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	168	-	-	168
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Total		4.932	-	-	4.932

32.2 - Obrigações vinculadas em curso

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Em curso	1.673	2.145	(30)	(1.884)	-	1.904	-	-	1.904	1.673
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	533	1.006	-	(1.304)	-	235	-	-	235	533
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	143	462	-	(391)	-	214	-	-	214	143
Valores Não Aplicados	50	194	-	(189)	-	55	-	-	55	50
Outros	947	483	(30)	-	-	1.400	-	-	1.400	947
Ultrapassagem de demanda	513	272	(6)	-	-	779	-	-	779	513
Excedente de reativos	434	212	(24)	-	-	622	-	-	622	434
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.673	2.145	(30)	(1.884)	-	1.904	-	-	1.904	1.673

33 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		KWh Mil		RS Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento - Faturado	13.875	13.740	126.772.696	120.889.878	24.929	14.393
Residencial	1.603	1.574	3.652.842	3.391.766	1.209	796
Industrial	47	42	44.119.427	44.948.087	8.909	5.089
Comercial	706	699	14.456.238	12.480.394	4.923	3.084
Rural	11.206	11.109	54.887.337	51.304.241	7.433	3.860
Poder público	134	137	970.539	957.885	267	194
Iluminação pública	29	29	1.625.230	1.583.856	258	171
Serviço público	150	150	7.061.083	6.223.649	1.930	1.198
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distrib. Faturado	7	6	1.789.166	660.376	32.156	33.527
Consumidores Cativos					31.577	33.051
Consumidores Livres	2	1	1.789.166	660.376	486	307
Encargos de conex. de agentes de geração	5	5	-	-	93	168
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transm. Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	(453)	(279)
(-) Trsfp/ OE do AIC - Ultrap. Demanda					(265)	(193)
(-) Trsfp/ OE do AIC - Exced. de Reativos					(188)	(86)
(-) Trsfp/ OE. do AIC - Difer. Perdas Reg.					-	-
Forn./Suprim./Rede Elétrica - Não faturado					26	194
Constit. e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	-
Constit. e Amortiz. - RTP Diferimento ou Dev.					-	-
Constit. e Amortiz. - Demais Ativos Pass. Regulat.					925	1.503
Serviços Cobráveis					11	7
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					15.577	6.958
Outras Receitas Vinculadas					-	-
Total	13.882	13.746	128.561.862	121.550.254	73.172	56.301

Nota 34 - Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2018	2017
Pessoal	8.054	10.789
Remuneração	4.205	6.976
Encargos	1.385	1.714
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	365	322
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	822	781
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	1.277	996
Administradores	674	580
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	665	522
Benefícios dos administradores	10	58
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	8.729	11.369

Nota 35 - Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

35.1 - BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2018, valores apresentados em mil R\$.

	2018			2017			
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		20.509	-	20.509	14.973	-	14.973
Caixa e equivalentes de caixa		6.684	-	6.684	873	-	873
Consumidores		7.239	-	7.239	7.012	-	7.012
Serviços em curso		259	-	259	181	-	181
Tributos compensáveis		599	-	599	607	-	607
Almoxarifado operacional		406	-	406	503	-	503
Despesas pagas antecipadamente		105	-	105	38	-	38
Ativos regulatórios		1.747	-	1.747	746	-	746
Títulos e Valores Mobiliários		15	-	15	3.012	-	3.012
Outros ativos circulantes		3.455	-	3.455	1.999	-	1.999
Ativo não circulante		105.638	47.992	57.646	106.590	52.259	54.331
Tributos compensáveis		798	-	798	658	-	658
Depósitos judiciais e cauções		61	-	61	5	-	5
Investimentos		72	-	72	68	-	68
Indenização pela concessão a receber	35.1	-	- 4.064	4.064	-	- 2.855	2.855
Outros ativos não circulantes		181	-	181	181	-	181
Imobilizado	35.2	104.276	102.013	2.263	105.377	103.112	2.265
Intangível	35.3	250	- 49.957	50.207	301	- 47.998	48.299
Total do ativo		126.147	47.992	78.155	121.561	52.259	69.302
Passivo							
Passivo circulante		11.631	-	11.631	7.017	-	7.017
Fornecedores		2.449	-	2.449	1.679	-	1.679
Empréstimos, financiamentos e debêntures		800	-	800	847	-	847
Obrigações sociais e trabalhistas		1.685	-	1.685	1.342	-	1.342
Tributos		275	-	275	302	-	302
Encargos setoriais		1.098	-	1.098	1.629	-	1.629
Provisão para Litígios		3.193	-	3.193	7	-	7
Passivos regulatórios		161	-	161	97	-	97
Outros passivos circulantes		1.970	-	1.970	1.113	-	1.113
Passivo não circulante		7.766	-	7.766	8.130	-	8.130
Empréstimos, financiamentos e debêntures		9	-	9	851	-	851
Provisão para litígios		900	-	900	1.150	-	1.150
Outros passivos não circulantes		22	-	22	29	-	29
Obrigações vinculadas a permissão		6.835	-	6.835	6.100	-	6.100
Total do passivo		19.397	-	19.397	15.146	-	15.146
Patrimônio Líquido							
Capital social		6.648	-	6.648	6.647	-	6.647
Reservas de capital		568	-	568	568	-	568
Reserva de sobras	35.4	43.583	-	43.583	38.173	-	38.173
Reservas de Reavaliação	35.5	54.484	47.992	6.492	59.517	52.259	7.258
Sobras à disposição da Assembleia		1.467	-	1.467	1.510	-	1.510
Total do patrimônio líquido		106.750	52.259	58.758	106.415	52.259	54.156
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		126.147	52.259	78.155	121.561	52.259	69.302

35.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2018, valores apresentados em mil R\$.

	2018			2017		
	Nota	Regulatório	Ajustes Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	73.118	-	73.118	56.300	-	56.300
Fornecimento de energia elétrica	24.449	-	24.449	14.306	-	14.306
Disponibilização do sistema de	32.156	-	32.156	33.526	-	33.526
Ativos e Passivos Regulatórios	925	-	925	1.503	-	1.503
Serviços cobráveis	11	-	11	7	-	7
Doações, contrib. e subvenções	15.577	-	15.577	6.958	-	6.958
Tributos	(11.200)	-	(11.200)	9.155	-	9.155
ICMS	10.119	-	10.119	8.363	-	8.363
PIS-PASEP	192	-	192	141	-	141
COFINS	888	-	888	651	-	651
Encargos - Parcela "A"	(6.317)	-	(6.317)	(6.327)	-	(6.327)
Pesquisa e Desenvolvimento -	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento	3.711	-	3.711	3.576	-	3.576
Taxa de Fiscalização - TFSEE	132	-	132	120	-	120
Outros encargos	2.474	-	2.474	2.631	-	2.631
Receita líquida / Ingresso líquido	55.601	-	55.601	40.818	-	40.818
Custos não gerenciáveis - Parcela	(24.115)	-	(24.115)	(14.484)	-	(14.484)
Energia elétrica comprada para	15.098	-	15.098	7.602	-	7.602
Encargo de transmissão, conexão	9.017	-	9.017	6.882	-	6.882
Resultado antes dos custos	31.486	-	31.486	26.334	-	26.334
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(29.413)	2.638	(32.051)	(22.201)	(337)	(21.864)
Pessoal e administradores	8.729	-	8.729	8.661	-	8.661
Material	5.827	-	5.827	3.545	-	3.545
Serviços de terceiros	3.026	-	3.026	3.376	-	3.376
Arrendamentos e aluguéis	49	-	49	48	-	48
Seguros	62	-	62	63	-	63
Provisões	2.940	-	2.940	306	-	306
(-) Recuperação de despesas	(340)	-	(340)	(545)	-	(545)
Tributos	62	-	62	90	-	90
Depreciação e amortização	35.9	7.142	4.268	2.874	5.504	2.842
Gastos diversos	35.10	1.918	(6.905)	8.823	1.153	(2.505)
Outras receitas operacionais	35.8	69	(6.905)	6.974	246	(2.505)
Outras despesas operacionais	(568)	-	(568)	(676)	-	(676)
Resultado da Atividade	1.574	(4.268)	5.841	3.703	(2.842)	6.545
Resultado Financeiro	333	-	333	108	-	108
Despesas financeiras	35.11	(206)	-	(206)	(434)	-
Receitas financeiras	35.11	539	-	539	542	-
Resultado antes dos impostos	1.907	(4.268)	6.174	3.811	(2.842)	6.653
Contribuição social	(23)	-	(23)	(34)	-	(34)
Imposto de renda	(40)	-	(40)	(69)	-	(69)
Resultado líquido do exercício	1.844	(4.268)	6.111	3.708	- 2.842	6.550

36- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS X SOCIETÁRIAS

Nota 36.1 – Consumidores

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória se referem à reversão da energia não faturada do mês de dezembro de 2015 estava registrada apenas na contabilidade regulatória. Após 07/2016 esses valores também formam registrados na contabilidade societária.

Nota 36.2 – Indenização pela Concessão a receber

O Ativo Financeiro Indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1). Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão, o valor do ativo financeiro indenizável será objeto de indenização.

Na Contabilidade Regulatória, todo o valor dos bens e instalações utilizados direta ou indiretamente, exclusiva e permanentemente na prestação de serviço público de energia elétrica, está registrado no ativo imobilizado, conforme determina a Resolução nº 396/2009 e o contrato de permissão.

	2018	2017
Em Serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	2.834	252
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	510	2.013
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	670	572
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	32	-
Total Indenização pela Concessão a Receber	4.064	2.855

Nota 36.3 – Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades de permissão deverá ser registrado na Contabilidade Regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado e Intangível, enquanto que na Contabilidade Societária os bens reversíveis da concessão se encontram nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. Os bens não reversíveis continuam lançados na Contabilidade Societária como imobilizado.

Na forma da Resolução nº 396/2009, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registrarão contabilmente a título de reavaliação compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária.

Em 2014, a Aneel pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das

permissionárias através da Nota Técnica SER/Aneel nº 189/2014 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a BRR – Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o VNR – Valor Novo de Reposição e a respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

Nota 36.4 – Intangível

Na Contabilidade Societária, por força do ICPC 01 o valor do Intangível corresponde à parcela dos bens, direitos e instalações vinculados a permissão, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na Contabilidade Regulatória o Intangível é destinado a contabilizações intangíveis em servidões, uso do bem público, software e outros, empregadas pela Permissionária, de modo exclusivo e permanente, na consecução do objeto da mesma para o Serviço Público de Energia Elétrica.

Nota 36.5 – Reserva de Sobras

Considerando que o resultado colocado à disposição da assembleia, assim como as destinações estatutárias e legais devem corresponder ao que foi apurado na Contabilidade Societária, ao registrarmos tais destinações, na Contabilidade Regulatória, requer que a diferença existente no resultado à disposição da assembleia seja transferido para a conta intitulada “Equalização Resultado Regulatório e Societário” no grupo das Reservas de Lucros.

	2018	2017
Equalização do Resultado Regulatório e Societário do Exercício	0	1
Total	0	1

Nota 36.6 – Reserva de Avaliação Patrimonial (Reavaliação Regulatória)

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Regulatória refere-se à contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória dos bens do Ativo Imobilizado, na forma da Resolução 396/2009 e reconhecidos de acordo com a metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias e Nota Técnica nº 189/2014 – SRE/Aneel.

	2018	2017
Reserva de Reavaliação Regulatória de Softwares	-	(0)
Reserva de Reavaliação Regulatória de Terrenos	279	279
Reserva de Reavaliação Regulatória de Edificações	138	139
Reserva de Reavaliação Regulatória de Máquinas e Equipamentos	47.575	51.846
Reserva de Reavaliação Regulatória de Veículos	-	(3)
Total	47.991	52.259

Nota 36.7 – Receita de Construção

A diferença verificada nesse grupo se refere à receita de construção (CPC 27), que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização no final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento a ITG 01, aprovada pela resolução CFC 1.261/2009. A contabilidade regulatória,

não prevê tratamento para o registro dessa receita. O valor apresentado nessa conta, na Contabilidade Regulatória, corresponde às Outras Receitas e Rendas.

	2018	2017
Receita de Construção	6.905	2.505
Total	6.905	2.505

Nota 36.08 – Depreciação e Amortização

A origem da diferença entre os saldos da Contabilidade Regulatória e da Contabilidade Societária está no tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão. Na Contabilidade Societária tem-se o entendimento que os mesmos geram um direito de recuperação do valor e, portanto, os considera como Intangíveis, os registros da reintegração são efetuados como despesa de amortização.

Na Contabilidade Regulatória os investimentos devem ser contabilizados no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação. Desta forma os valores que na Contabilidade Societária estão registrados em contas de amortização, na Contabilidade Regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente a Contabilidade Regulatória e Societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR –Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na Contabilidade Regulatória:

	2018	2017
Depreciação / Amortização do VNR	4.268	2.842
Total	4.268	2.842

Nota 36.09– Custo de Construção

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na Contabilidade Societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na Contabilidade Regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado.

	2018	2017
Custo de Construção	6.905	2.505
Total	6.905	2.505

Nota 36.10 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório

No quadro abaixo, tendo como base o Demonstrativo Societário de Resultado Abrangente e Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral, são demonstrados os efeitos dos ajustes no resultado regulatório em comparação ao resultado societário. Dentre os ajustes, foi efetuada a recomposição do resultado regulatório pela realização e reversão da Reserva de

Reavaliação Regulatória. Considerando que as sobras à disposição da assembleia e as destinações legais e estatutárias apuradas na societária, devem também servir para a regulatória, encontramos uma diferença de R\$ 984 na conta de saldo a disposição da assembleia, valor este de cunho exclusivamente regulatório, o qual transferimos para a conta Equalização Resultado Regulatório e Societário no grupo das Reservas de Lucros.

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO COMPARATIVO 2018	REGULATÓRIO	AJUSTES	SOCIETÁRIO
RECURSOS			
Resultado do Período	1.844	-	4.268
Demais Resultados	5.681		4.268
Realização de Reservas Reavaliação	580	-	580
Reversão da Baixa da Reavaliação	186	-	186
Realização de Reservas Reavaliação VNR	2.690	2.690	-
Reversão da Baixa da Reavaliação VNR	1.577	1.577	-
Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	647	-	647
Resultado Líquido do Período	7.524	0	7.524
DESTINAÇÕES			
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	187	-	187
Destinações de Caráter Legal	5.869	-	5.869
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.302	-	3.302
FATES - 5% - Artigo 47	367	-	367
Reserva Manutenção Redes 30%	2.201	-	2.201
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.467	-	1.467
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	0	0	-

Nota 37 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.



NARDON / NASI
Auditores & Consultores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e Associados da

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ

Ijuí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ** em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 – 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email.nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e avaliar se os valores contidos no mesmo estão consistentes com as demonstrações contábeis e também com base no nosso conhecimento obtido durante a auditoria, possa haver distorções de fatos relevantes. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

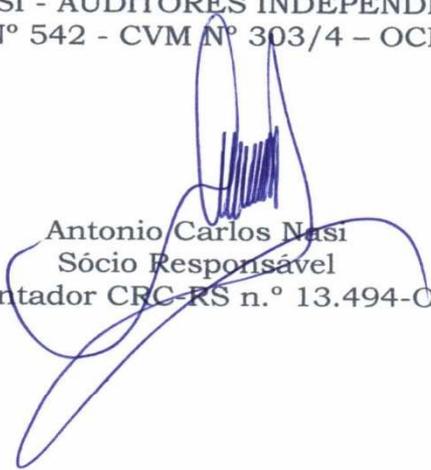
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 21 de fevereiro de 2019.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS N° 542 - CVM N° 303/4 – OCB N° 15



Antonio Carlos Nasi
Sócio Responsável
Contador CRC-RS n.º 13.494-O